

BOLETIM DE CONJUNTURA

Maio 2026

118

ÍNDICE

Mercado Ambulatório	pág.3
Encargos do SNS com Medicamentos	pág.6
Dívida das entidades públicas à IF	pág.8
Execução Orçamental do SNS	pág.9
Conjuntura Macroeconómica	pág.10
Conjuntura Legislativa e Regulamentar	pág.11
Estudos e Publicações	pág.12

Mercado Ambulatório

MERCADO FARMÁCIAS (PVA) – YTD 2026 (Mai.)

De acordo com os dados da IQVIA, em maio de 2026, o mercado farmacêutico ambulatorio registou vendas de 262,6 M€ em resultado da dispensa de 24,9 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogos de 6,0% e de -3,8%, respectivamente.

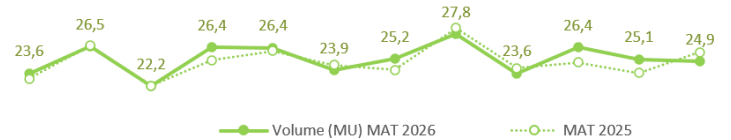
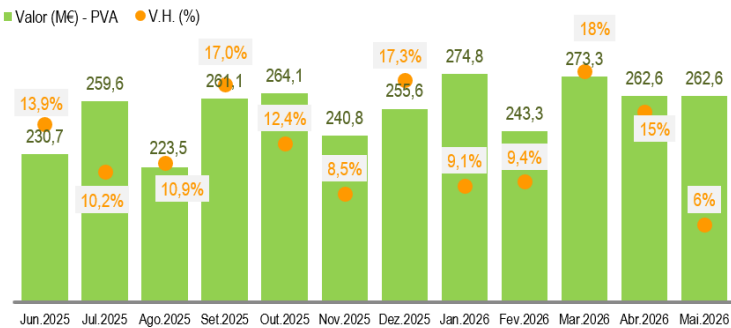
No acumulado de 2026, as vendas totalizam 1.310,2 M€, +10,8% que em igual período de 2025, e 127,5 milhões de embalagens, +0,4% em termos homólogos. O PVA médio unitário foi de 10,27€, registando um aumento de +10,2% em termos homólogos.

A dinâmica de crescimento homólogo, em valor, foi impulsionada fundamentalmente pelos medicamentos de marca, nomeadamente pelos medicamentos para emagrecimento. No que se refere ao volume, é o segmento dos MG que regista o maior crescimento, +1,3%.

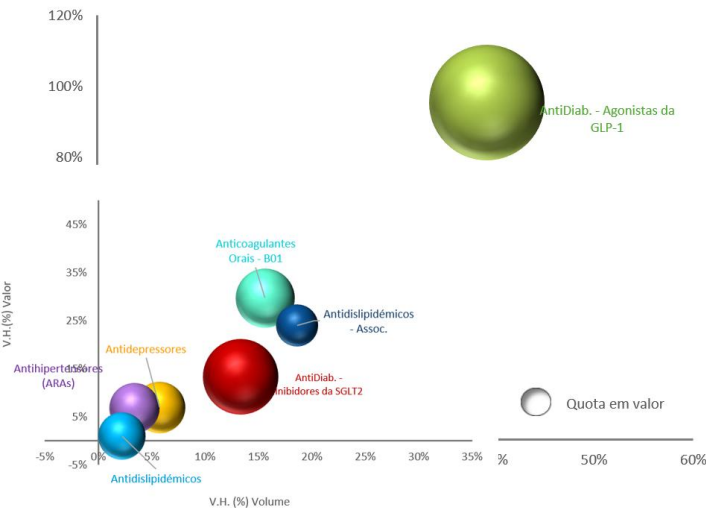
O Top 7, em valor, das classes terapêuticas, representando

37,6% do mercado, inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos Agonistas da GLP-1 com uma quota de 9,3%, seguida da classe dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com 8,8%, e dos anticoagulantes orais com 5,3% de quota. Em termos de dinâmica, todas as 7 classes registaram crescimento homólogo das vendas, em valor e volume.

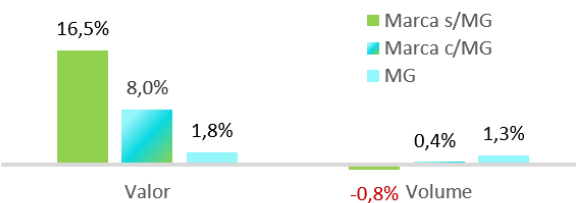
No acumulado a maio, a classe terapêutica com maior crescimento absoluto em valor, com mais 59,5 M€ de vendas, foi a dos Agonistas da GLP-1. Já a classe que mais contraiu foi a das vacinas bacterianas, com menos 2,8 M€. Em termos de volume, a classe com maior crescimento absoluto foi a dos Reguladores lipídicos em associação, com a dispensa de mais 465 mil de embalagens, em sentido oposto, a classe com maior redução homóloga foi a dos Analgésicos não narcóticos, com dispensa de menos 690 mil embalagens.



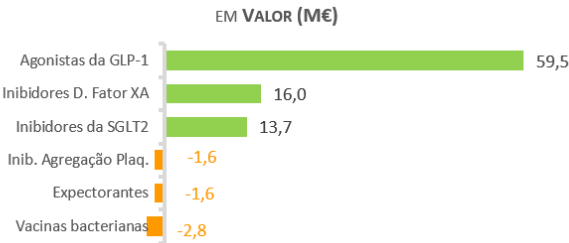
EVOLUÇÃO DO TOP 7 DAS CLASSES TERAPÊUTICAS - YTD 2026



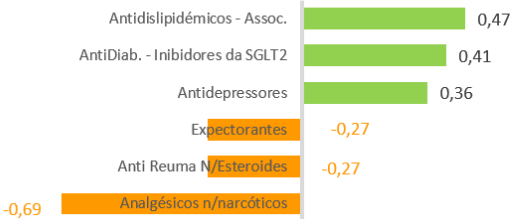
V.H. POR SEGMENTO DE MERCADO



YTD 2026 - TOP3 CLASSES TERAPÊUTICAS COM MAIORES VARIAÇÕES HOMÓLOGAS



EM VOLUME (MILHÕES UNID.)



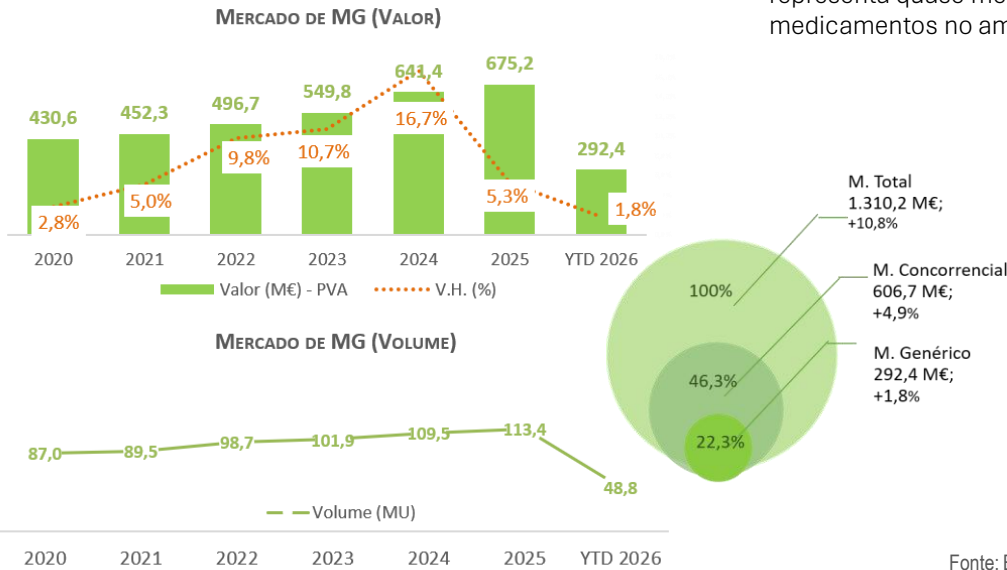
MERCADO GENÉRICO E CONCORRENCIAL (PVA) – YTD 2026 (Mai.)

Em maio de 2026, a venda (a PVA) de medicamentos genéricos (MG) nas farmácias, registou contração em termos homólogos, em valor, -2,4%, e em volume, -3,8%, totalizando 56,4 M€, resultado da dispensa de 9,4 milhões de embalagens.

No acumulado do ano, o segmento de MG totaliza vendas de 292,4 M€, +1,8% que em igual período de 2025, com a dispensa de 48,8 milhões de embalagens, +1,3%, a um PVA médio unitário de 6,00 €, +0,3% em termos homólogos.

O mercado concorrencial, i.e., o mercado de DCIs com medicamentos genéricos, totalizou, no acumulado a maio, vendas de 606,7 M€, com a dispensa de 90,8 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de +4,9% em valor e +0,9% em volume. O PVA médio unitário deste mercado foi de 6,68 euros, +4,0% face a igual período de 2025.

Em termos de quota de mercado, os MG têm uma quota, em volume unitário, no mercado total de 35,7%, que sobe para os 50,8% no mercado concorrencial. Já o mercado concorrencial tem, no mercado total, uma quota de 70,4% em volume unitário e de 46,3% em valor, ou seja, o segmento dos medicamentos com concorrência de MG representa quase metade do valor do mercado de medicamentos no ambulatório.



YTD 2026 (Mai)		
V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	4,9%	0,8%
M. Genérico	1,8%	1,5%

Quota no M. Total (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	46,3%	70,4%
M. Genérico	22,3%	35,7%

Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA





MERCADO OTC (PVP) – YTD 2026 (Mai.)

De acordo com os dados do hMR, em maio de 2026, o mercado OTC, registou vendas (a PVP) de 45,8 M€ (valores a PVP), resultado da dispensa de 4,1 milhões de embalagens.

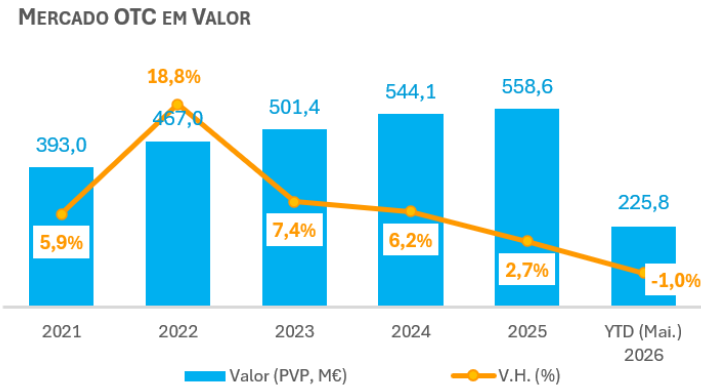
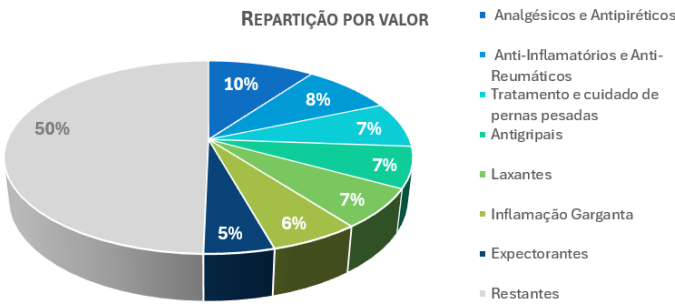
No acumulado de 2026, as vendas totalizam 225,8 M€ com a dispensa de 20,5 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de -1,0% em valor e -5,8% em volume.

O PVP médio foi de 11,03 euros, +5,0% em termos homólogos.

As vendas deste segmento de mercado representam 12,3% do valor total do mercado ambulatorio e 15,6% do volume.

MERCADO OTC		2021	2022	2023	2024	2025	YTD (Mai.) 2026
VALOR (PVP)							
Mercado Ambulatório de OTC	Valor	M€	393,0	467,0	501,4	544,1	558,6
	Tx.V.H.	%	5,9%	18,8%	7,4%	6,2%	2,7%
	Volume	M.	43,5	50,7	51,2	53,2	52,4
	Tx.V.H.	%	1,4%	16,6%	1,1%	3,8%	-1,5%
Quota no M. Ambulatório (valor)		%	12,7%	13,7%	14,0%	14,2%	13,2%
PVP médio unitário		€	9,04	9,21	9,78	10,20	10,66
							11,03

Fonte: Base de dados hMR, Análise NEA



O top 7, em valor, representando 50,4% do mercado OTC (e 53,1% em volume) é ocupado pelas classes terapêuticas relacionadas com a gestão da dor, anti-inflamatórios e analgésicos, do tratamento das pernas pesadas, da gripe e constipações e laxantes. Com a exceção dos laxantes e dos medicamentos para tratamento das pernas pesadas, as restantes classes registaram, em termos homólogos, redução de vendas em valor.

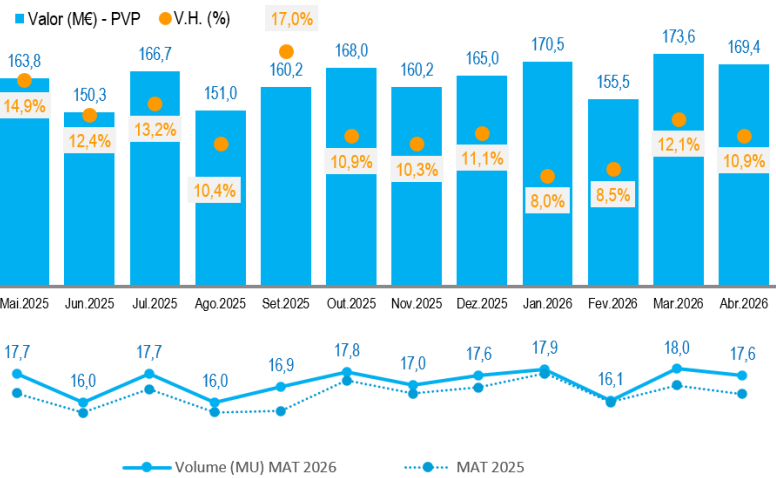
Encargos do SNS com Medicamentos

ENCARGOS NO AMBULATÓRIO – YTD (Abr.) 2026

O relatório de monitorização do INFARMED, mostra a manutenção da dinâmica de crescimento homólogo dos encargos do SNS com medicamentos vendidos em farmácia (a PVP). Os encargos, em abril, foram de 169,4 M€, +10,9%, resultado da dispensa de 17,6 milhões de embalagens, +6,7%.

No acumulado do ano, os encargos totalizam 669 M€, +9,9% (+60,4 M€) em termos homólogos, com a dispensa de 69,6 milhões de embalagens, +3,6%.

O PVP médio unitário do mercado do SNS foi de 14,29 euros, que equivale a uma variação homóloga de +3,8%.



Fonte: INFARMED

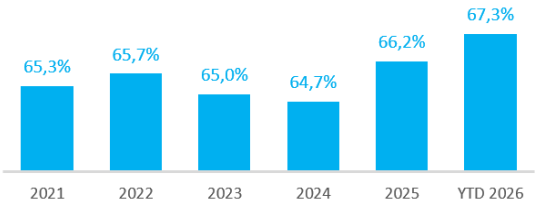
A despesa dos utentes foi de 325,7 M€, +2,6% (+8,3 M€).

A quota, em unidades, dos medicamentos genéricos no mercado participado foi de 50,5%, -1,2 p.p. na comparação homóloga.

A taxa média de comparticipação situou-se nos 67,3%, representando um aumento homólogo de +1,8 p.p..

A classe terapêutica com maior aumento absoluto da despesa foi a dos Antidiabéticos (+18,2 M€), que é também a classe com maior quota de encargos. A classe com maior aumento absoluto em volume foi a dos Antidislipídicos (+529 mil embalagens).

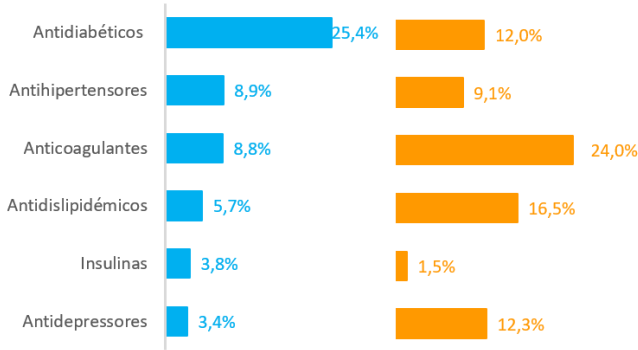
Tx. MÉDIA DE COMPARTICIPAÇÃO



Encargos SNS - YTD 2026	Valor	669,0 M€	V.H.: +9,9%
	Volume	69,6 milhões Emb.	V.H.: 3,6%
	PVP médio	14,29 €	V.H.: +3,8%

TOP ENCARGOS - QUOTA EM VALOR

V.H.(%) - VALOR



Encargos do SNS com Medicamentos

ENCARGOS Hospitalares – YTD (Abr.) 2026

O relatório de monitorização do INFARMED, mostra que o consumo hospitalar manteve, em Abril, a dinâmica de crescimento em valor registada nos últimos meses.

No acumulado a abril, os encargos totalizam 887,6 M€, +7,9% (+65 M€) em termos homólogos, com a dispensa de 96,6 milhões de unidades CHNM, a que corresponde uma redução de -1,9% face a igual período de 2025.

A maioria do consumo, 84%, é do Hospital de dia e de produtos cedidos ao exterior.

No top 5 das indicações terapêuticas com maior consumo em valor, e que representam 58,5% da despesa, destaca-se a Oncologia, e destas 5 classes apenas as doenças

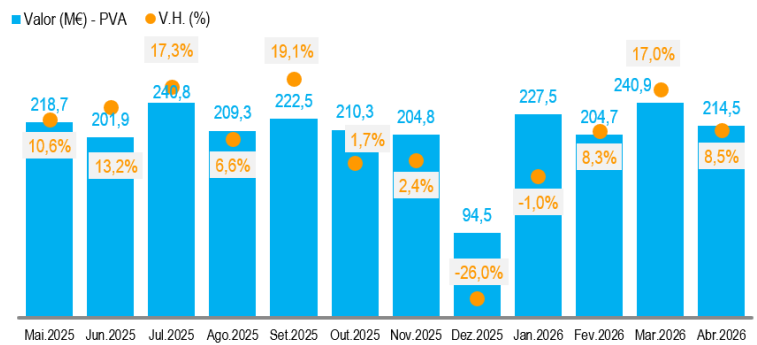
inflamatórias registam redução de encargos em termos homólogos.

Os medicamentos órfãos representam 20,8% da despesa hospitalar (184,3 M€) e registam um crescimento homólogo de+26,0%.

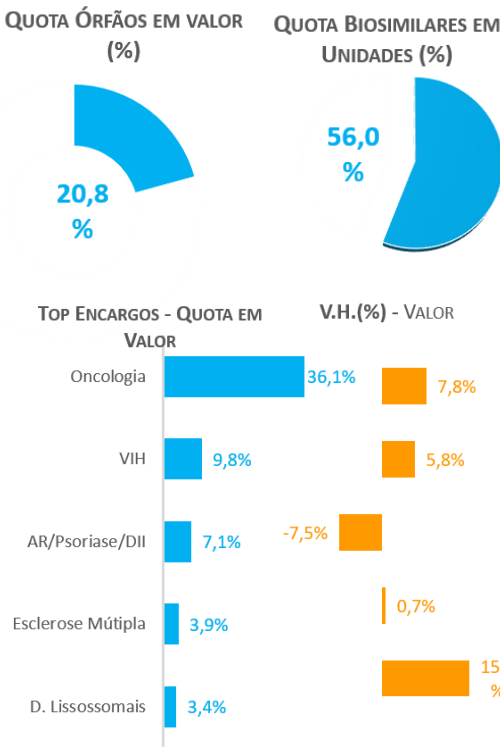
Os medicamentos biossimilares, que correspondem a 18 DCIs, têm uma quota, em unidades, de 56%, +2,3 p.p. face ao mesmo período de 2025.

Ao consumo hospitalar acrescem 27,5 M€ de despesa com medicamentos nos cuidados de saúde primários, +3,2% em termos homólogos, resultado da dispensa de 16,4 unidades CHNM, -12% face a igual período de 2025.

No YTD 2026, a despesa total, ao nível das ULS, é de 915,1 M€, +7,8%, ou seja, mais 66,2 M€.



Encargos SNS - YTD 2026	Valor	887,6 M€	V.H.: +7,9%
	Volume	96,6 milhões unidades	V.H.: -1,9%



Fonte: INFARMED





Dívida das Entidades Públicas à Indústria Farmacêutica

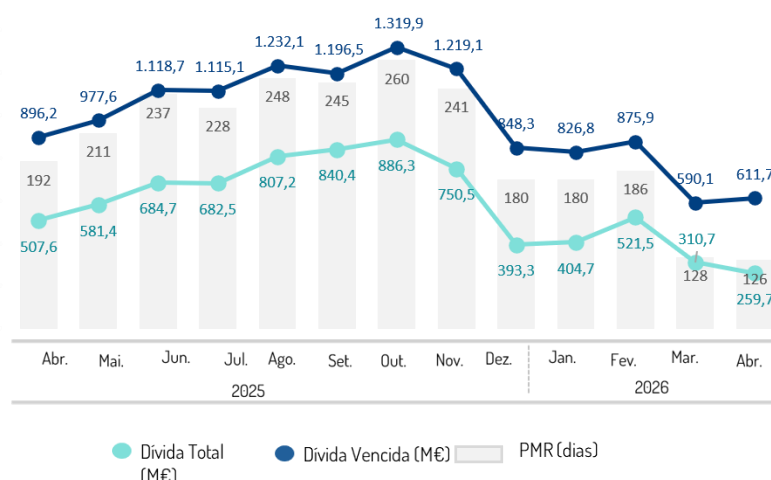
DÍVIDA a Abr.2026 – A dívida total registou, face ao mês anterior, um aumento de +3,7%, ou seja, mais 21,6 M€, totalizando 611,7 M€. Em termos homólogos corresponde a uma redução de -31,7%.

A dívida vencida voltou a registar redução face ao mês anterior, ainda na sequência do pagamento extraordinário, reduzindo para os 259,7 M€, uma redução de -16,4%, ou seja, menos 51 M€ face a março, representado 42% do total da dívida.

O prazo médio de recebimento também reduziu para os 126 dias, mas ainda acima do disposto na Directiva dos Pagamentos e no Acordo Governo-APIFARMA 2025-2028.

A dívida às empresas de meios de diagnóstico *in vitro* (DiV), que representou 14% do total da dívida reportada, totalizou 83,6 M€, +7,8% face a Março.

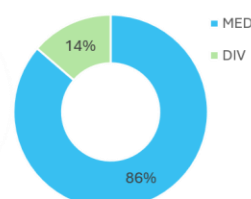
A dívida dos sistemas regionais representa 8%, do valor total, cerca de 51,8 M€.



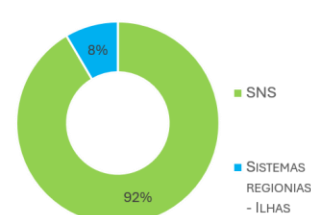
Antiguidade



Por sector



Por entidade



Fonte: APIFARMA - empresas associadas (medicamentos e de DiV)



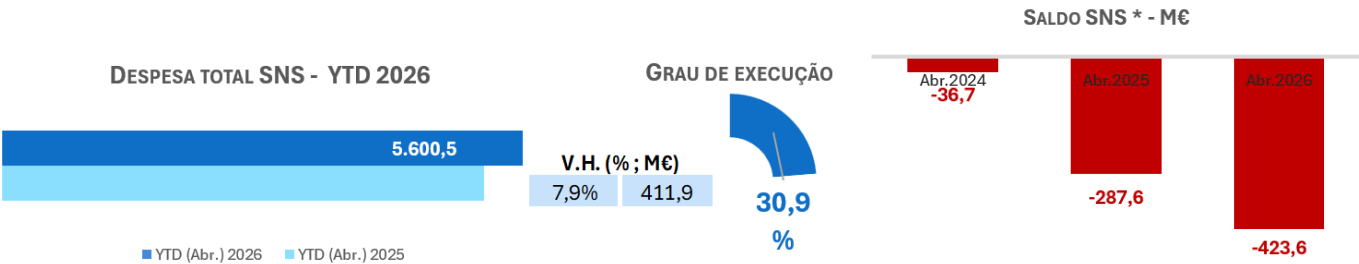
Execução Orçamental do SNS – Mar.2026

De acordo com a Entidade Orçamental , no acumulado a abril, a execução orçamental do SNS, registou um aumento da despesa de +7,9% e um saldo (sem considerar as dotações de capital) de -423,6 M€, resultado do crescimento da receita em níveis inferiores, +5,6%.

A execução acumulada representa 30,9% do valor orçamentado para o ano de 2026.

O total da despesa foi de 5.600,5 M€, mais 7,9% que em igual período de 2025, ou seja, mais 411,9 M€.

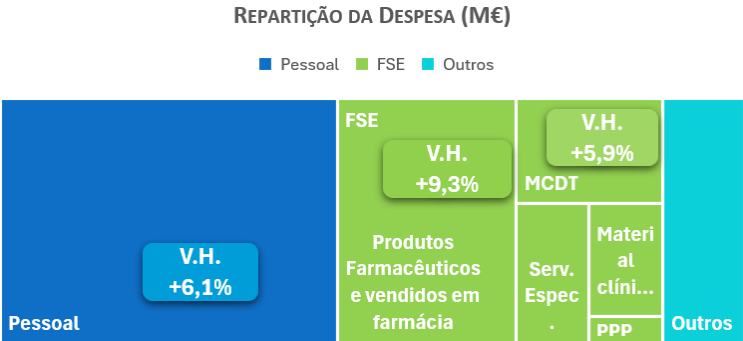
O valor de investimento cifrou-se em 66,1 M€, +13,8% que em igual período de 2025, representando uma execução de 6,3% face ao valor orçamentado para o ano.



O aumento homólogo da despesa é influenciada fundamentalmente pelas rubricas de Pessoal (+6,1%) e dos Fornecimentos e serviços externos (+7,5%). Nesta última categoria apenas os produtos farmacêuticos registaram uma variação homóloga de +9,3%.

A despesa do SNS com Medicamentos (produtos vendidos em farmácia + produtos farmacêuticos) representa 24,1% do total da despesa.

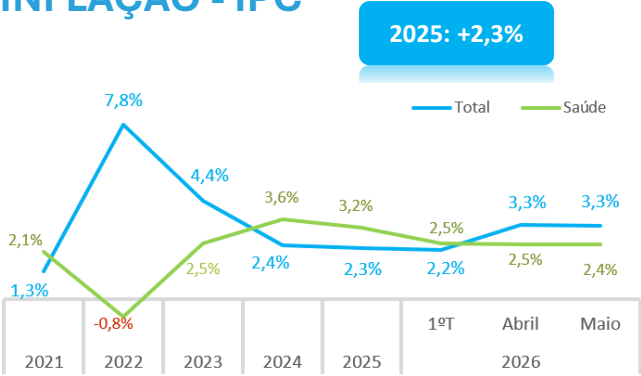
A despesa com Recursos humanos representa, no acumulado, 45,3% do total.



Fonte: Entidade Orçamental;
Saldo antes de dotação extraordinária

Conjuntura Macroeconómica

INFLAÇÃO - IPC



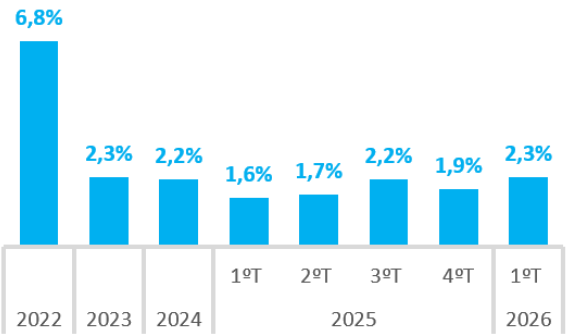
Fonte: INE

Inflação: De acordo com o INE, em abril, o IPC registado foi de 3,3%, taxa igual à observada no mês anterior. O indicador de inflação subjacente também se manteve nos 2,2%. A variação do índice relativo aos produtos energéticos aumentou para 13,1%.

Em maio, nas classes com maiores contribuições positivas destacam-se a dos Transportes, dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e a dos Restaurantes e serviços de alojamento. Em sentido contrário, destacam-se as classes da Informação e comunicação e do Vestuário e calçado.

O Eurostat estima que, em maio de 2026, a taxa de inflação anual da Zona Euro tenha sido 3,2%, aumentando 0,2 pontos percentuais face ao registado no mês anterior (3,0%).

PIB 1ºT 2026



Fonte: INE

PIB: De acordo com os dados do INE, o PIB, em volume, registou uma variação homóloga de 2,3% no 1º trimestre de 2026, taxa superior em 0,4 p.p. à observada no trimestre precedente, mas uma variação de 0,0% em relação ao trimestre anterior.

O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou, refletindo a aceleração do Investimento e do Consumo Privado. Por sua vez, o contributo negativo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB acentuou-se no 1º trimestre, tendo a aceleração das Importações de Bens e Serviços mais que compensado a recuperação das Exportações de Bens e Serviços. As Exportações aumentaram 1,7% em volume e as Importações aumentaram 5,5%. O contributo das exportações para o crescimento do PIB foi 0,8 pp e o das Importações foi -2,6 pp no 1º trimestre de 2026.

De acordo com o Eurostat a variação homóloga do PIB foi de 0,8% na Zona Euro e 1,0% na UE27.



Conjuntura Legislativa e Regulamentar

LEGISLATIVA

Pagamentos em atraso

A [Lei n.º 24/2026](#), que altera a Lei n.º 8/2012, aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Passam a ser considerados ‘Pagamentos em atraso’ as contas a pagar que permaneçam nessa situação para além dos prazos de 30 ou 60 dias (anteriormente eram 90 dias). Após o fim do prazo regulamentar, o credor adquire automaticamente o direito aos juros de mora legais, sem necessidade de interpelação, ou seja, elimina-se qualquer obrigação de o fornecedor ter de notificar, interpelar ou avisar formalmente a entidade pública para que os juros comecem a contar.

Dispositivos médicos de uso único

A [Portaria n.º 206/2026/1](#), aprova a lista dos dispositivos médicos de uso único cujo reprocessamento é proibido em Portugal, a qual inclui dispositivos implantáveis, dispositivos que emitem radiações, dispositivos utilizados na administração de medicamentos citostáticos ou radiofármacos, dispositivos invasivos do sistema nervoso central, entre outros.

Substâncias psicotrópicas

A [Lei n.º 19-F/2026](#), altera o Decreto-Lei n.º 15/93, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

REGULAMENTAR

Listas de controlo de transações de medicamentos

Com a [Circular Informativa n.º 047/CD/100.20.200](#), o INFARMED procede à atualização lista de medicamentos cuja exportação é temporariamente suspensa em maio.

Lista de medicamentos comparticipados

Lista dos novos medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de Maio 2026, fornecida pelo INFARMED.

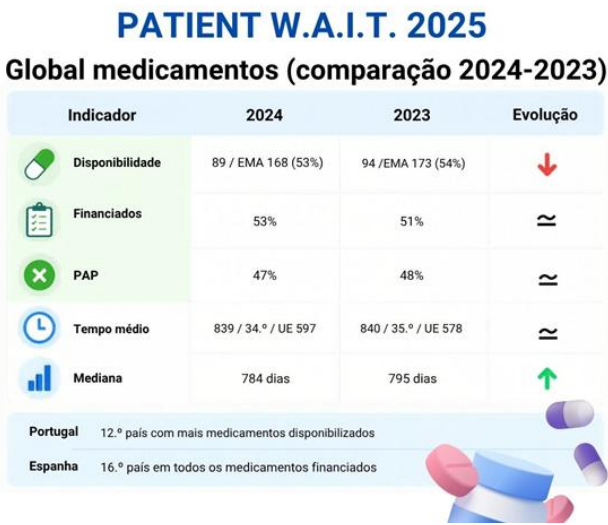
Plataforma de pesquisa do portal RNEC

O INFARMED anunciou a nova funcionalidade de consulta dos ensaios clínicos autorizados em Portugal, ao abrigo do Regulamento de Ensaios Clínicos, no Registo Nacional de Ensaios Clínicos (RNEC), que até então estavam apenas disponíveis no Clinical Trials Information System (CTIS). As informações sobre os ensaios clínicos que vão sendo autorizados em Portugal estão, agora, disponíveis na plataforma de pesquisa do [portal RNEC](#).



Estudos e Publicações

PATIENTS W.A.I.T. INDICATOR 2025 SURVEY– Foi [publicado](#) o Indicador Patients W.A.I.T. da EFPIA, que anualmente monitoriza a disponibilidade e a rapidez com que os medicamentos inovadores se tornam acessíveis aos doentes em toda a Europa. Este indicador fornece uma visão das disparidades existentes entre os sistemas de saúde e de comparticipação pública dos diferentes países. De acordo com o relatório, dos 168 medicamentos aprovados pela Agência Europeia do Medicamento (EMA) entre 2021 e 2024, Portugal disponibilizou 89 (53% do total), valor acima da média da União Europeia (UE) que ficou nos 45%. O mesmo já não sucede quanto ao tempo médio de espera entre a aprovação europeia e a comparticipação efectiva, com Portugal na cauda dos países analisados. Este valor situa-se nos 839 dias (cerca de 2 anos e 3 meses, em linha com o período homólogo), enquanto a média da UE aumentou para 597 dias.



O PAPEL DO AUTOCUIDADO EM PORTUGAL– A adoção de autocuidados permite uma poupança anual estimada em 9,6 mil milhões de euros, que correspondem a 47% de custos evitados para o SNS e 53% para os cidadãos, mas os portugueses apresentam ainda níveis insuficientes de literacia em saúde. A conclusão consta de um [estudo](#) da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma) que salienta que os autocuidados não se posicionam como uma alternativa indiscriminada aos cuidados médicos, mas sim como parte de um modelo mais eficiente de utilização dos recursos de saúde. De acordo com a análise, que se centra em problemas de saúde ligeiros e de curta duração, que não exigem diagnóstico médico, nem intervenção clínica intensiva, cada aumento de um ponto percentual na adoção de autocuidados poderá gerar cerca de 239 milhões de euros adicionais por ano.

Entre as várias conclusões do estudo, destaca-se a relevante expressão financeira no país do auto-cuidado: o custo médio de um episódio tratado através do “recurso ao médico ascende a 93€, comparativamente a 18€ no autocuidado”, o que se traduz numa poupança média de cerca de 80% por episódio.

Este estudo envolveu três inquéritos distintos dirigidos à população em geral (amostra de 2.671 pessoas), a médicos de medicina geral e familiar (203) e a farmacêuticos comunitários (192). No total, 92% dos inquiridos reportaram ter tido pelo menos um problema de saúde ligeiro no último ano e, entre as condições mais prevalentes, destacaram-se a constipação, gripe ou tosse, reportada por cerca de metade dos inquiridos, seguida de dor de cabeça ou enxaqueca e de dores musculares ou articulares.

ESTUDO DO VALOR DA REDE DE FARMÁCIAS EM PORTUGAL – O [estudo](#), coordenado pelos investigadores da Nova SBE, Pedro Brinca e João Duarte, estima que, em 2025, tenham sido registados cerca de 477 mil atos no âmbito do serviço de gestão de Situações Clínicas Ligeiras (SCL), mais 146% face a 2024, com 97,8% dos casos resolvidos e com apenas 2,2% dos casos encaminhados para consulta médica, evidenciando o potencial para reduzir a pressão sobre as urgências e a Linha SNS24. Perante sintomas ligeiros, 57,2% dos portugueses recorrem primeiro à farmácia, enquanto 16,5% optam pelos centros de saúde e 12,1% pela Linha SNS24, um padrão transversal a todas as regiões e faixas etárias.

O impacto económico total da atividade foi estimado em 3230 milhões de euros de PIB, o equivalente a 1,12% do PIB nacional, e cerca de 53 mil empregos sustentados em todo o país. Resultados sobre uma rede de 2.920 farmácias comunitárias e 202 postos farmacêuticos, com presença em todos os 308 concelhos do território nacional, incluindo as R.A. dos Açores e da Madeira.

MONITORING THE EUROPEAN CLINICAL TRIALS ENVIRONMENT– A Comissão Europeia (EC), os Chefes das Agências de Medicamentos (HMA) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) publicaram o seu primeiro [relatório](#) de progresso sobre os novos objetivos da União Europeia (UE) para os ensaios clínicos. Estabelecidas para 2025, estas metas visam consolidar a UE como um destino de referência para a investigação clínica e garantir o acesso mais rápido dos doentes a medicamentos inovadores.

O documento, que abrange o período de 1 de janeiro a 31 de março de 2026, destaca os primeiros avanços rumo a estas ambições. Entre os principais marcos, registou-se a autorização de mais 19 ensaios clínicos multinacionais face à média histórica — um passo importante para atingir a meta de 500 ensaios adicionais até ao final de 2030. No que toca à agilização dos prazos, atualmente 40,5% dos ensaios iniciam o recrutamento de participantes no prazo de 200 dias após a submissão do pedido, com o objetivo de alcançar os 66% até 2030.



BOLETIM DE CONJUNTURA

Abril 2026